

POR UMA IDEOLOGIA DE ESQUERDA

NOTA PRÉVIA

A observação que queremos deixar é que não são politólogos ou peritos do que quer que seja que são os primeiros subscritores desta Moção nem se trata de um qualquer estudo de ciência política. Somos todos, mulheres e homens, militantes socialistas de longa data, oriundos, maioritariamente, do movimento sindical e é nessa qualidade que o fazemos.

Uma palavra sobre a centralidade do trabalho, central nesta afirmação da necessidade de vincar uma ideologia de esquerda, e uma vez que este ocupa e tem um peso, aliás atualmente excessivo, na vida de cada um de nós.

Assumimos o papel central do trabalho na nossa vida que constitui, como se sabe, um elemento distintivo relativamente a todas as outras espécies. Mais. **A genialidade do ser humano é ser capaz de pensar e de criar o seu próprio modelo de reprodução social, sem ter de agir em função das suas necessidades imediatas. Ora o que está a acontecer é que o ser humano, por razões óbvias, está cada vez mais a agir em função das suas necessidades imediatas, o que origina que cada vez se está a afastar mais do modelo de reprodução social com que nós socialistas sonhamos.** E essa é uma das razões que pode explicar a progressiva desadequação das organizações democráticas às sociedades onde se inserem e se quiserem a sua morte anunciada como as conhecemos.

Propomos, assim, ao Congresso uma reflexão exigente sobre o caminho das esquerdas e propomo-nos fazê-la alicerçada em três pontos:

I - Um sistema de vasos comunicantes – alguns casos europeus

Alemanha, Espanha, França e Grécia

II - O nosso caminho e o perigo da 3ª Via

O exemplo português e os “coveiros” do socialismo democrático

III - Derrotar a extrema direita pelo reforço da esquerda

Como apostar nos serviços públicos no combate ao Covid 19 derrotou as teses neoliberais e enfraqueceu a extrema direita

I – Um sistema de vasos comunicantes – alguns casos europeus

Não nos interessa particularmente escarpelizar os desvarios ou a desorientação da chamada direita clássica, mas tão só tentar demonstrar como, por esta Europa fora, à medida que a esquerda (social-democracia/socialismo democrático), muito por mimetismo oportunista se olhava no espelho da direita, ia perdendo força e apoios, ajudando a engrossar um caudal de desilusões. Afinal para que servia ser de esquerda ou de direita, se ambas se confundiam e confundindo-se, confundiam os/as cidadãos projetando modelos de sociedade muito idênticos?

A primeira pergunta envolta em perplexidade que a maioria dos democratas se coloca hoje em dia perante o avanço da extrema direita e dos partidos populistas, racistas e xenófobos é “como é que isto é possível” em países com democracias maduras e estáveis num espaço como o nosso – a da UE - reconhecido como o garante dos direitos, liberdades e garantias? Ou ainda “como é que é possível” partidos com uma génese democrática escolherem coligações contra-natura por uma mera questão de poder?

A verdade é que ao longo destas últimas décadas, paulatinamente, a Europa, exemplo de liberdade e de afirmação dos direitos humanos, tem visto esboroar-se o seu projeto de desenvolvimento, prosperidade e justiça a favor de um crescimento exponencial das direitas radicais, culminando atualmente em formas caricaturais e distorcidas de democracia em países como a Polónia e a Hungria, cujo exemplo tememos cada vez mais o contágio.

Por muito que nos doa, onde a social democracia falhou, aumentou a descrença nas promessas de uma vida melhor, cresceu a revolta e com ela os extremismos.

Existem, pois, pelo menos dois tipos de respostas: as cómodas muito ao gosto dos partidos porque as possíveis responsabilidades são sempre imputadas a terceiros e as incómodas que nos propomos aqui evidenciar.

Olhemos então sem tabus para o panorama europeu destes últimos anos, retirando Portugal desta equação. Dedicaremos o nosso capítulo final à sua análise.

1 – Alemanha

Em 2013, nascia na Alemanha um partido contra o euro, hoje em dia classificado como de extrema direita – AfD (Alternative für Deutschland) e que nas eleições legislativas desse ano, com uma participação da ordem dos 76%, obteve um modesto 8º lugar, com 4,7% e sem representação parlamentar, enquanto que a CDU obtinha o seu melhor resultado desde 1990 com 41,5% dos votos e 311 deputados!

O SPD (social-democrata), depois do que tinha sido considerado um desastre em 2009 com 23% e 146 deputados, quatro anos mais tarde sobe para 25,7% e obtém 193 lugares.

Em 2017, a AfD com 12,7% dos votos, entra no Bundestag (Parlamento Alemão) pela primeira vez, com 94 deputados. A CDU desce, nesse ano, 8,5% e passa para 33% e 246 deputados e o SPD prossegue uma via descendente e obtém apenas 20.8% e 153 lugares.

2 – França

Escolhemos evidenciar não só as eleições presidenciais francesas uma vez que França tem um sistema presidencialista, mas também apresentar alguns dados sobre as legislativas. No entanto, infelizmente, estas só confirmam o descalabro a que chegou o PSF em 2017, recolhendo apenas 1 milhão e 33 mil votos - 5,68% - e 29 deputados, uma queda de 280 deputados relativamente a 2012, enquanto o FN* (Front National, de extrema direita, alterou o seu nome para Rassemblement National desde Junho de 2018) já na primeira volta obtém mais de meio milhão de votos do que o PSF e, na segunda, acaba com 1 milhão e 600 mil votos, bem acima dos socialistas alcançando 8.75%, embora objetivamente tenha sido um mau resultado. De sublinhar que nestas eleições, Emmanuel Macron, obteve como resultado final 43% e 308 deputados.

Se nos focarmos nas presidenciais e para podermos avaliar o percurso ascendente do FN convém lembrar que em 1974, Jean Marie Le Pen, obteve 190.921 votos, correspondendo a 0,75% dos eleitores! Precisamente, dez anos depois, alcança mais de 2 milhões e de 10% dos votos.

Menos de 40 anos depois, chegados às presidenciais de 2012, já com Marine Le Pen como candidata, esta obtém 17.90% e mais de 6 milhões de votos.

Em 2017, apesar da derrota foi ela que se bateu com Macron tendo alcançado como resultado final 33.90% e 10.638.475 de votos, enquanto Benoît Hamon, em representação do PSF não logrou alcançar 2 milhões e 350 mil votos, ou seja 6.36%.

3 – Espanha

Convém precisar que em Espanha cada eleitor tem direito a dois votos nas eleições gerais, um para o preenchimento dos 350 lugares da Câmara dos Deputados e o outro para ocupar os lugares no Senado. Iremos apenas tratar dos votos para a Câmara dos Deputados. De realçar ainda que o nível de participação dos anos que iremos apresentar foi sempre substancialmente mais elevado do que em Portugal, situando-se o seu valor mais baixo na segunda eleição de 2019, em novembro, com mais de 66% e a mais alta neste mesmo ano, sete meses mais cedo com cerca de 76%.

Em 2011, o PP obteve a vitória com quase 45% e 186 lugares e no último escrutínio de 2019, apenas alcançou 21%, ou seja menos de metade, e 89 lugares. Pelo contrário o PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol) embora com uma queda em 2015, ano da entrada do Unidos Podemos, com 69 lugares e 20.7%, tem conseguido manter um

percurso bastante constante e mesmo ascendente e vitorioso. Em 2011 obteve 110 lugares, com 28.76% de votos e em 2019, no último escrutínio alcançou 120 lugares, perdendo apenas 3 relativamente ao primeiro ato eleitoral de 2019 e mantendo praticamente a mesma votação de um pouco mais de 28%. O que confirma o que temos tentado demonstrar que Espanha foge à realidade europeia conseguindo manter o seu eleitorado e ganhar eleições. E mesmo com a entrada do Vox (extrema direita) nas eleições, primeiro em abril e depois em novembro de 2019, embora com uma subida acentuada de 24 lugares e 10.26% para 52 lugares, mais do dobro, e 15.21%, esta subida, como demonstrámos, não é feita à custa do PSOE.

É esta diferença no percurso dos dois partidos socialistas da Península Ibérica, PS Português e PSOE, que mais à frente abordaremos.

4 - Grécia

Em 2012, de um eleitorado de quase 9 milhões e cinquenta mil eleitores, votaram 62,5%, com a vitória da Nova Democracia (conservadores/direita) e o segundo e terceiro lugares ocupados, respetivamente, pelo Syriza e pelo PASOK. O Aurora Dourada (direita radical) ocupava apenas a 5ª posição, não chegando aos 430 mil votos.

Em 2015, assiste-se a uma mais baixa participação do eleitorado – 56,6% - e a uma inversão nos lugares dos dois maiores partidos, ocupando o Syriza, desta vez, a primeira posição. Só que o PASOK tem um resultado meramente residual e quase que desaparece e o Aurora Dourada, vem ocupar o seu lugar, ficando na 3ª posição.

Finalmente em 2019, voltam-se a inverter os lugares dos dois primeiros partidos, com uma vitória reforçada dos conservadores mas com o Movimento pela Mudança (centro esquerda), em 3ª lugar, e o novo partido de Yanis Varoufakis (esquerda socialista) que juntos alcançaram 652 mil votos, relegando o Aurora Dourada para o 7º lugar com 165 mil votos!

II – O nosso caminho e o perigo da 3ª Via

Se um de nós perguntar a um militante socialista quem é o atual presidente da Internacional Socialista (IS) ficará de certo muito desiludido/a porque a esmagadora maioria se se lembrar de algum nome só se lembrará do de António Guterres. Ora António Guterres deixou o cargo há 16 anos!

Longe vão os tempos em que um partido como o PPD/PSD pretendeu ingressar na IS, mas, felizmente, não o conseguiu. A IS pretendia, como é sabido, implementar o socialismo democrático através da união dos partidos social-democratas, socialistas e trabalhistas, por este mundo fora. O declínio e, em alguns casos, o quase

desaparecimento de importantes partidos desta família, ditou a relativa irrelevância da atual IS. Países considerados exemplos de democracia avançada e participativa, alguns países nórdicos e a Holanda, por exemplo, deixaram de traçar linhas vermelhas e coligaram-se com partidos francamente racistas e xenófobos, apenas e tão só pela miragem de exercerem o poder relegando para segundo lugar convicções e princípios, não se importando, assim, de atraiçoar o eleitorado mais progressista que neles tinha confiado. O péssimo resultado está à vista, como tentámos demonstrar mais atrás.

Importa ainda referir o contributo nefasto da chamada “3ªVia”, cujo expoente máximo foi Tony Blair com o seu “New Labour” (fação do Partido Trabalhista) para a derrocada dos partidos socialistas/social-democratas, seguido por Gerhard Schröder (SPD e adepto do chamado Novo Centro). Este último (de 1998 a 2005) mas sobretudo Tony Blair (de 1997 a 2007) com o seu sociólogo de serviço Anthony Giddens, que pretendia construir uma resposta à mudança via uma “esquerda modernizadora da social-democracia”, distorcendo-a e afastando-a dos seus princípios fundadores, tornaram-se cúmplices do abastardamento das políticas da esquerda democrática e do declínio da social-democracia na Europa.

Quem não se lembra da vergonhosa reunião, conhecida como a Cimeira das Lages, entre George W. Bush, Tony Blair, Aznar e Durão Barroso sobre o embuste das armas de destruição maciça no Iraque e das suas terríveis consequências?

As políticas adotadas pela generalidade dos países da União Europeia evoluíram para a desvalorização da ideologia em prol de uma visão contabilística muito à moda de alguns modelos económicos clássicos, desvalorizando o trabalho enquanto atividade essencial da dignidade do ser humano.

A “moda” fixou-se, então, em modelos económicos vocacionados para a obtenção de resultados imediatos, mais orientados apenas para o lucro pelo lucro, do que para a criação de empresas que contribuam para uma mais justa repartição dos rendimentos, proporcionem os produtos e os serviços necessários às populações, sejam geradores de emprego e contribuam para a riqueza do país.

Em simultâneo, vários governos adotaram políticas orientadas para o emagrecimento e redução dos poderes públicos. Por um lado, através da alienação de atividades económicas, mesmo as fundamentais para a estrutura e funcionamento dos países e, por outro, pela distribuição dos vários poderes. Com esta dispersão de poderes e competências, está-se a evoluir para um “estado feudal” como já alguns autores o classificam, baseados na dispersão, repartição e alienação de poderes que deveriam caber em quem a população delega a sua confiança, através do voto.

Curiosamente, nunca houve nada de tão ideológico como no trilhar deste caminho. Não tenhamos medo das palavras, chama-se neoliberalismo nuns casos, ultraliberalismo noutros. Felizmente, na Europa, já existem indícios de que o socialismo democrático está de volta e em alguns países os partidos da social democracia começam outra vez a emergir e a traçarem linhas vermelhas de vergonha quando formam governo. Pelo menos a norte, na Suécia, na Finlândia e na Dinamarca já podemos encontrar governos dirigidos por membros dos respetivos Partidos Social Democratas.

Já vimos que a Península Ibérica tem fugido à regra dos vasos comunicantes mas interessa-nos fundamentalmente a análise a Portugal e ao PS.

Se nos focarmos nos governos socialistas de 1995 até hoje, com exclusão dos governos do PSD, temos 17 anos de governação socialista, com diferentes formulações que vão de governos minoritários a uma maioria absoluta, passando pela “geringonça”. Um governo - o de António Costa - já vai no segundo ano do segundo mandato com o mesmo nível de prestígio e de aceitação do início, apesar de mais de ano e meio de uma duríssima crise pandémica para a qual não existia preparação possível. **Se a realidade é, por vezes, complexa, a conclusão é simples. A população continua a apoiar um governo socialista porque existe uma linha de coerência entre aquilo que é e os princípios que defende, o que promete e o que realiza.** É esta linha de coerência, enquanto partido do socialismo democrático, que é apreciada pelo povo que lhe dá a sua confiança. E, é por isso, que ao contrário dos outros países europeus que aqui referimos, em Portugal o partido da extrema direita não cresce à custa de um partido que é socialista mas alimenta-se dos votos dos partidos da direita - PSD e CDS.

A verdade é que sempre que um partido oriundo da família do socialismo democrático/social-democracia trai o seu eleitorado, mimetizando as teses da direita, é penalizado nas urnas porque o povo não admite, e bem, ser enganado. Se as teses forem de direita, prefere o original e votará à direita.

III – Derrotar a extrema direita pelo reforço da esquerda

A “geringonça” liderada pelo Partido Socialista deriva de um acordo escrito entre este e os partidos da esquerda parlamentar BE, PCP e PEV, exigido por Cavaco Silva, na sua qualidade de Presidente da República e de óbvia aversão ao PS, para dar posse ao XXI governo do Partido Socialista. A Assembleia da República (AR) tinha rejeitado com os votos de todos os partidos da esquerda o programa do XX governo de Pedro Passos Coelho, uma coligação de direita entre o PSD e o CDS, ditando a sua

demissão no que constituiu o mais curto governo da democracia portuguesa – 27 dias – de 30 de outubro a 26 de novembro de 2015!

Escusado será relembrar o amargo de boca e o mau perder dos partidos da direita no Parlamento ao longo dos quatro anos que durou a legislatura mas, sobretudo, enquanto Passos Coelho se manteve como deputado.

António Costa, mais uma vez cumpriu com a sua visão para Portugal e com o que já tinha avançado na campanha: que não existiam partidos “párias” com representação na AR e que os partidos de esquerda também cabiam no dito “arco da governação”. E assim nasceu a “geringonça”, num processo de grande controvérsia para a direita, bombardeado por pragas, previsões catastróficas e insultos. É verdade, que foi muito trabalhoso, mas fascinante, e que ao contrário de uma multitude de previsões, se manteve incólume até ao fim, cumprindo uma aposta na esquerda parlamentar com largos benefícios para as/os portuguesas.

Chegados a outubro de 2019, a AR em resultado das eleições legislativas, sofreu uma alteração substancial relativamente ao mandato que as antecedeu. Não só assistimos a uma pulverização de partidos com representação parlamentar como esta se distribuiu de modo muito diverso. O Partido Socialista fica apenas a 7 lugares da maioria absoluta com 108 deputados/as, o PSD emagrece substancialmente e representa agora 79 deputados/as, o BE mantém os seus 19 deputados/as, o PCP fica com 10, o CDS quase desaparece, passando de 15 para 5 deputados/as, o PAN já tem eleitos/as suficientes para formar um grupo parlamentar – 4 – e entram três novos partidos para o hemiciclo, cada um com um único deputado/a: a Iniciativa Liberal (um misto de hesitação e falta de consistência, apostando no “moderninho”), o Livre (partido que se afirma como facilitador das ações dos cidadãos) e o Chega! (assumidamente de extrema direita).

Relativamente ao novo partido de extrema direita devemos perceber que o melhor presente que lhe podemos oferecer é fazer uma constante comparação entre ele e os partidos democráticos, porque ao fazê-lo, estaremos apenas a dar palco ao seu dirigente máximo. Com ele não existem discursos políticos no sentido nobre da palavra, nem verdadeiras intervenções, tão pouco existe um fio condutor, só existem grandes tiradas apologéticas repletas de frustrações e de incitamento a ódios recalçados, embora envoltas em Deus, o que torna tudo ainda mais repelente.

Pedir a sua ilegalização?! Passar o tempo a nomeá-lo, atribuindo-lhe uma importância que ele não tem e uma falsa credibilidade fabricada em modo comicheiro? Do nosso ponto de vista, erro crasso. Não o devemos ignorar completamente mas devemos remetê-lo à sua insignificância.

Devemos, sim, contrapor com ações concretas a favor das pessoas, dos benefícios de que passaram a dispor com um governo socialista e, sobretudo, é necessário estar perto das populações e ter a capacidade de as ouvir. As pessoas precisam dessa proximidade e de sentirem que existem para o poder.

The Economist revela que **apenas 49,4% da população mundial vive em democracia e só 8,4% em democracia plena**. Mais de um terço do globo vive em regimes autoritários. **Estes dados devem-nos fazer pensar sobre a fragilidade das sociedades democráticas, sobre o valor que representam para os povos onde se inserem e, sobretudo, para a nossa quase permanente distração ou mesmo, às vezes, desvalorização do regime democrático onde vivemos.**

Curioso é que as mesmas pessoas e, sobretudo, os partidos políticos que endeusam a iniciativa privada, as empresas e o mercado e que estão sempre prontos para descredibilizar os serviços públicos, sejam os mesmos e os primeiros que avançam para os apelos à subsidio-dependência do Estado, sem qualquer pudor.

O mercado que tudo resolve, única entidade perante a qual, segundo alguns, nos devemos obedientemente curvar, falhou miseravelmente e com este previsível falhanço ficou demonstrado à saciedade a miséria das teorias neoliberais.

Pode ser que esta crise pandémica tenha ensinado alguma coisa aos descrentes dos serviços públicos: que quando a direita apregoa a bondade do sector privado em substituição do sector público em serviços fundamentais para o bem estar da população, não está apenas a cavar um fosso intransponível de enorme desigualdade entre quem pode pagar serviços de entidades privadas e aqueles que não o podem fazer, como simultaneamente, está a condenar a possibilidade de disporem de serviços públicos de qualidade.

A recente pandemia é, aliás, um bom exemplo dessa incapacidade do privado para prestar um apoio nacional, essencial à preservação da saúde de todos os cidadãos, em igualdade, e à erradicação da pandemia, demonstrando assim a ineficácia das políticas que alguns não se cansavam de apregoar.

Felizmente o Partido Socialista, não enjeitando o apoio das entidades privadas que se disponibilizaram, recusou um modelo de gestão onde o governo se demite das competências de que está investido, quer na economia, mas, particularmente, nos serviços públicos fundamentais para a preservação do bem estar, da segurança e da confiança das populações no seu futuro coletivo.

Caras e Caros Camaradas,

É assim que se vence a extrema-direita. Com um projeto de sociedade inclusivo, que a todos/as acolha, nacionais e estrangeiros, velhos e novos, homens e mulheres, ao realizar políticas económicas, sociais e culturais implementadas com igualdade e justiça.

CONCLUSÃO

O PS enquanto grande partido da Esquerda, deve manter/adotar:

- **Políticas que promovam o trabalho digno, com o apoio dos sindicatos, como forma de melhorar a vida dos cidadãos/cidadãs, apostando no diálogo social tanto macro como nas empresas;**
- **A diminuição do leque salarial das empresas implementando uma proporcionalidade mais justa entre e as remunerações mais altas e as mais baixas;**
- **Uma distribuição mais justa e equilibrada dos rendimentos que permita a manutenção de uma vida digna numa sociedade coesa e solidária;**
- **O enfoque no problema dos trabalhadores pobres, cuja percentagem está gradualmente a subir;**
- **O combate sem tréguas à informalidade laboral;**
- **Funções económicas e sociais necessárias ao desenvolvimento do país sem os constrangimentos dos poderes fáticos, frequentemente orientados para funções estranhas àquelas de que as populações carecem;**
- **Maiores incentivos ao investimento público e também ao sector privado, se daqui resultarem benefícios para a sociedade;**
- **Medidas necessárias para a proteção social, combate à pobreza e à exclusão social, sem que as mesmas sejam meramente externalizadas para entidades e organizações que, de modo autónomo determinam os meios, nem sempre adequados, para se alcançar os objetivos pretendidos;**
- **Formas mais intensas na oferta já existente para o sector da saúde, nas suas diversas vertentes;**
- **Uma educação cidadã, apostando ainda mais na escola pública, quer na elaboração dos programas escolares adequados às necessidades do País, quer no apoio às iniciativas, em forte crescimento, que promovem o desenvolvimento cultural, social e técnico e científico;**

- Políticas de habitação com rendas mais acessíveis para populações carenciadas e populações jovens mas que contribuam, simultaneamente, para uma regulação mais justa do mercado, para todos;
- Ações culturais que contribuam para uma sociedade mais humanizada e feliz;
- O apoio a iniciativas cidadãs em prol do desenvolvimento e bem estar das populações, desenvolvendo o sentimento de partilha e os instrumentos fundamentais a uma democracia participativa.

Lisboa, 18 de Junho de 2021

As/Os Subscritores

António Correia	militante n°	17 213
António Santos Luís	militante n°	39 686
Carlos Marques	militante n°	63 297
Carlos Trindade	militante n°	27 317
Eduardo Chagas	militante n°	13 259
Fernando Gomes	militante n°	24 736
José Abraão	militante n°	9 034
Patrícia Caixinha	militante n°	153 212
Soraia Duarte	militante n°	160 448
Victor Coelho	militante n°	130 307
Wanda Guimarães	militante n°	69 012